



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

257ª Assembleia Ordinária do Conanda

Resumo Executivo

14 e 15 de dezembro de 2016

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

Conselheiros Titulares Presentes:

Governmentais

Cláudia de Freitas Vidigal- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Claudia da Costa Martinelli Wehbe- Ministério da Fazenda

Cleber Alves Machado- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Celio Rene Trindade Vieira- Ministério do Esporte

Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto- Ministério da Educação

Sérgio Cruz - Casa Civil

Sociedade Civil:

Carolina Freire de Carvalho- Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correa - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Josiane Gomes Soares- Conselho Federal de Psicologia- CFP

Liorcino Mendes Pereira Filho – Movimento Nacional de Direitos Humanos –MNDH

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares- Central Única dos Trabalhadores- CUT

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Miriam Maria José dos Santos - Inspeção São João Bosco- Salesianos

Romero Jose da Silva- Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Cavalcante de Sousa Valerio- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –CNBB

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Carlos Frederico Carvalho Redmond Fortes- Ministério da Justiça

Gabriela Cruz da Silva- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Danyel Iório- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Luiz Claudio Barcelos - Ministério da Saúde

Maria Helena de Aguiar Notari- Ministério das Relações Exteriores

Sociedade Civil

Antônio Jorge dos Santos- Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes - FEBRAEDA

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Carolina Uehara – Fundação Fé e Alegria do Brasil

Clenir da Trindade Xavier dos Santos- Associação Lifeworlds Brasil

Manoel Torquato Carvalho de Souza- Associação Nacional Criança Não é de Rua

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança

Thais Nascimento Dantas- Instituto Alana

DEMAIS PARTICIPANTES:

Eduardo Gomor- SGPLAN/MP

Maria de Jesus- CEDCA/RR

Verônica Oliveira- CEDCA/RR

Ivanete Rodrigues- CEDCA/AC

Flavio Ferreira-CEDCA/AC

Gabriela Freitas– Criança Segura

Maria do Carmo- FNDCA

Maria Izabel da Silva

Maria Gutenara Martins Araújo – Coordenadora-Geral do Conanda/SEDH

André Lima – Conanda/SEDH

Karla Abreu – Conanda/SEDH

14 de dezembro

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

9h-10h30: Abertura da 257ª Assembleia Ordinária do CONANDA, aprovação da Pauta e Informes

10h30-11h: Relato da agenda do Conanda em Pernambuco sobre o Sistema Socioeducativo

11h-12h: Comissão de Políticas Públicas – CPP

11h40: Comissão de Mobilização e Formação – CMF

12h-14h: Intervalo para o Almoço

14h-16h: Regulamento da Eleição

17h-18h: Comissão de Orçamento e Finanças – COF

18h: Encerramento do Primeiro dia de Assembleia

Item 1. Abertura da 257ª Assembleia Ordinária do CONANDA, aprovação da Pauta e Informes;

Principais pontos abordados: A vice-presidente do Conanda Cláudia Vidigal deu início à assembleia desejando bom dia a todos e a todas, convidando o conselheiro Vitor Cavalcante para presidir a mesa. Em seguida fez a leitura da pauta da assembleia incluindo o regimento das eleições. O conselheiro Manoel Torquato sugeriu a troca da pauta da CMF pela CPP devido a necessidade de apreciação da matéria na plenária que seguiria no dia seguinte para o plenário do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS. A conselheira Jimena Djauara sugeriu apresentar apenas a pauta da CPP referente a matéria a ser aprovada, Resolução sobre Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação Rua. Aprovada a pauta pela plenária. A vice-presidente fez uma rodada de apresentação dos participantes da plenária. O conselheiro Edmundo Kroeger deu boas vindas ao conselheiro Danyl Iório ao assumir a suplência da Secretaria Especial de Direitos Humanos e representação na Comissão de Orçamento e Finanças- COF descrevendo a sua importância e contribuição na trajetória do conselho.

Item 2. Relato da agenda do Conanda em Pernambuco sobre o Sistema Socioeducativo

Principais pontos abordados: A vice-presidente Cláudia Vidigal iniciou a pauta sobre o relato da agenda do Conanda e, Pernambuco sobre o Sistema Socioeducativo, informando que foi uma missão conjunta do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente com o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Em seguida, informou que esteve numa reunião em Genebra com o tema na política para imigrantes e refugiados com crianças que chegam ao Brasil desacompanhadas, relatando que no Brasil tem uma política superior aos outros países e estão trabalhando na Resolução na qual o CONARE e CNIg estão à frente. Cláudia Vidigal informou que o Sistema Socioeducativo de Pernambuco foi citado pelos comissários da ONU como uma preocupação. Em seguida, o conselheiro Vitor Cavalcante informou que nos dias 24 e 25 de novembro foram em missão conjunta com CNDH e CNJ para acompanhar as unidades de internação de Pernambuco. O conselheiro enfatizou que as unidades de Pernambuco já foi alvo de inspeção anterior e em seguida registrou dizendo que o CEDCA, ANCED e CJOP fizeram um excelente trabalho referente aos relatórios e informações que subsidiaram o relato. O conselheiro relatou que foram em missão emergencial para verificar violações de direitos dos menores que cumprem medida no estado e fizeram uma reunião com o Conselho Estadual do Estado de Pernambuco, onde estavam presentes também o Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público e sociedade civil. Informou que os presentes fizeram um levantamento das informações referentes a unidade de

internação, em seguida, relatou que o procurador de Justiça Francisco Salles, do Ministério Público de Pernambuco, expôs uma luta para que um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2012, seja obedecido pelo Estado. Informou também que o Conselho Estadual de Pernambuco apresentou algumas ações que estavam sendo votadas, explicando que o Estado tem o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo no qual consta uma previsão do plano que o Estado de Pernambuco teria que cofinanciar o Meio Aberto e não disponibilizaram nenhum recurso financeiro. O conselheiro Vitor Cavalcante relatou que no período da tarde visitaram a unidade de internação onde ocorreram a morte de 7 adolescentes da cidade de Caruaru, em outubro de 2016. Na unidade detectaram que arquitetura não está de acordo com unidades de sistema socioeducativo, há número inferior de agentes socioeducativos em relação a legislação do SINASE, adolescentes presos em alojamentos sem acesso à escola mesmo com a presença dos professores, adolescentes com marcas de maus tratos e detectaram limpeza e manutenção recente para receber os visitantes. O conselheiro concluiu que não existe uma política de sistema socioeducativo e após à visita conversaram com as promotoras de justiça de Caruaru que informaram sobre à visita do PPCAAM, no qual orientava os adolescentes modificarem a aparência física ao invés de tomar as medidas protetivas na garantia de direitos fundamentais. No dia seguinte, o conselheiro informou que participaram da audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco para tratar do sistema socioeducativo e esteve presente o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Isaltino Nascimento. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que tiveram dificuldade no diálogo devido a fala prolongada do secretário Isaltino Nascimento, em seguida, citou o diretor da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), elogiou a trajetória de Roberto Franca e sua participação nos depoimentos. O conselheiro Vitor Cavalcante explicou que será construído um relatório conjunto com o CNDH e CNJ com objetivo de apresentação nas plenárias no mês de fevereiro. O conselheiro Romero José agradeceu o CONANDA pela disponibilidade de estar presente na visita do sistema socioeducativo de Pernambuco e informou que durante sua participação registrou o relato do pai de um dos adolescentes que foram assassinados apresentando denúncias de graves violações de direitos humanos. A conselheira Miram Santos questionou sobre a unidade em reforma que apresentava recurso financeiro da SNPDCA e se houve visita a unidade socioeducativa de Abreu e Lima. O conselheiro Romero José respondeu que a unidade deveria ser construída de acordo com as normas do SINASE, Case de Pacas, em Vitória de Santo Antão, sendo que o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, construiu sem a normas do SINASE e com características de complexo prisional, não utilizou recursos do governo devido a um possível embargo da obra. O conselheiro Vitor Cavalcante respondeu sobre a questão da unidade de Abreu e Lima informando que foi feita a visita e encontraram um corredor sem luz e alojamentos precários. A vice-presidente Cláudia Vidigal informou que o secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Pedro Eurico, esteve na SEDH em reunião num diálogo que não relatava a realidade do sistema socioeducativo de Pernambuco e tiveram dificuldades de intervenção. Cláudia Vidigal informou também que esteve com a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), Ivana de Siqueira relatando que estão fazendo um

mapeamento e pesquisa com as unidades de internação do Brasil com objetivo de verificar o status da educação formal dentro das unidades e seguir com o plano emergencial para que os adolescentes iniciem o ano de 2017 com escolas dentro dos sistemas socioeducativos. A conselheira Glicia Thais também informou sobre as unidades do estado do Sergipe dizendo que recebeu uma documentação solicitando intervenção, em seguida relatou que nas unidades provisórias comportam 40 adolescentes e estão ocupadas por 150 adolescentes. A conselheira informou que irá encaminhar o relatório para os conselheiros com os dados informativos sobre as unidades. A vice-presidente Cláudia Vidigal sugeriu provocar os Conselhos Estaduais através do programa de fortalecimento de conselhos a partir dessas denúncias ocorridas nas unidades socioeducativas. Informou também que os estados do Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo estão inseridos no plano de redução de homicídios. O conselheiro Marco Antônio Silva sugeriu fazer um pacto com os governadores, presidentes e conselhos para rediscutir o processo de avaliação do SINASE e monitorada pela OEA. O conselheiro Vitor Cavalcante complementou dizendo que é um processo que deve ser executado e que inicie o ano de 2017 com a comissão de avaliação ativa com dados e soluções para o sistema socioeducativo no Brasil. O conselheiro Antônio Jorge sugeriu fazer incidência com os governadores para captação de informações sobre custos das medidas socioeducativas. O conselheiro Edmundo Kroeger sugeriu fazer incidência com os governadores sobre o custo da redução da idade penal. A conselheira Claudia Martinelli sugeriu que o SINASE entre como eixo estratégico para atuação do CONANDA em 2017. O conselheiro Vitor Cavalcante deu como aprovado os encaminhamentos.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Plano de ação do CONANDA/SNPDCA/CNDH para incidência no estado do Pernambuco;
- Acompanhamento e monitoramento sistemático pelo CONANDA do SINASE/PE;
- Membros (CONANDA/SNPDCA) para acompanhamento; Fabiana Gadelha, Romero José, Vitor Cavalcante e Cláudia Vidigal.
- Realizar estudo sobre metodologia de trabalho na semiliberdade;
- Oficializar os conselhos estaduais sobre a realidade do SINASE;
- Resgatar os relatórios anteriores do CONANDA do SINASE nos estados;
- Incidência com governadores para captação de informações sobre custos das medidas socioeducativas e inclusão de informações de custos sobre a redução da idade penal;

- Inclusão da discussão sobre o mérito da MP de reforma do ensino médio: encaminhamento da MP via e-mail a todos os conselheiros; mesa diretora dará encaminhamento a este ponto.

Informes: O conselheiro Vitor Cavalcante informou a plenária sobre duas resoluções sobre Empoderamento das meninas e Comunidades e povos tradicionais foram aprovadas e após encaminhadas para assessoria jurídica ocorrendo uma quebra de fluxo, retornando com ajustes técnicos. Em seguida o conselheiro expôs uma modificação da assessoria jurídica e a conselheira Lucimara Cavalcante discordou por modificar a resolução no que diz respeito à política de caráter público ou privado que engloba o tratado de cooperação, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), beneficiando as comunidades e povos tradicionais. O conselheiro Danyel Iório informou que seria possível manter conforme a conselheira Lucimara Cavalcante orientou.

Item 3. Comissão de Políticas Públicas – CPP;

Principais pontos abordados: A conselheira Jimena Djauara iniciou a pauta com a Resolução sobre Acolhimento Institucional em construção conjunta com o CNAS, aprovada em plenária e após foi avaliada para inclusão do conceito criança e adolescente em situação de rua. A conselheira informou que voltaram com a resolução para reavaliar o conceito e aprovação na plenária. O conselheiro Manoel Torquato explicou que o conceito foi discutido há 4 anos em grupos e oficinas. A vice-presidente Cláudia Vidigal fez a leitura da minuta de resolução conjunta Análise da proposta de resolução que modifica a resolução nº 01 CONANDA/CNAS que estabelece as orientações para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes após acréscimo do CNAS. A aprovação foi submetida a plenária através da contagem dos votos dos conselheiros presentes.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a inclusão do conceito da resolução;
- Aprovada a resolução com as inclusões sugeridas.

Item 4. Comissão de Mobilização e Formação – CMF;

Principais pontos abordados: O conselheiro Vitor Cavalcante encaminhou como proposta da CMF a minuta de resolução sobre participação de crianças e adolescentes no CONANDA e o Protocolo de Proteção para apreciação na assembleia. O conselheiro Danyel Iório solicitou a fala e informou que esteve presente na comissão de mobilização e formação dizendo que não conseguiram chegar a um consenso e o governo fez um pedido de tempo para avaliar a resolução com o objetivo de agregar

elementos e considerações a serem feitas. Em seguida, anunciou que o governo fez um pedido de vista. O conselheiro Marco Antônio Silva pediu registro para permanência dos adolescentes, já discutida pelo conselho após a conferência e aprofundar o protocolo de segurança. A vice-presidente Cláudia Vidigal reforçou que o governo tem interesse em trazer a proposta para resolução e citou a participação dos adolescentes em outros espaços de discussões. O conselheiro Vitor Cavalcante enfatizou que o espaço de representação dos adolescentes no CONANDA se estende também a garantia de participação de espaços externos. O conselheiro Manoel Torquato registrou que o material foi discutido na assembleia anterior e não compreende a falta de acesso da resolução pela SEDH e que a sociedade civil reconhece a importância da participação dos adolescentes no CONANDA. A conselheira Miriam Santos citou a PEC 55 e relacionou com a aprovação de orçamentos os efeitos das privatizações sobre os investimentos no FNCA para 2017. A vice-presidente Cláudia Vidigal informou que a resolução foi discutida e avaliada e será construída uma nova proposta para ser apresentada. O conselheiro Vitor Cavalcante informou também que por motivo de mudança do governo algumas representações não participaram na construção da resolução. A conselheira Glicia Salmeron questionou o tempo de construção da minuta da resolução e o prazo para aprovação na plenária. O conselheiro Vitor Cavalcante respondeu que após a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O conselheiro Danyel Iório explicou que a proposta de rediscussão da resolução pela SEDH seria o melhor fluxo para apreciação na plenária. O pedido de vistas foi acolhido pela plenária para apresentar na próxima assembleia. A vice-presidente Cláudia Vidigal fez o encerramento da pauta informando que se ausentaria no período da tarde justificando sua presença na entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Pedido de vistas pela SEDH que encaminhará para CMF, em sua primeira reunião de 2017, que será apresentado ao Plenário e CMF poderá indicar;
- Análise dos efeitos da PEC55 sobre a área da criança;
- Análise dos efeitos das privatizações sobre os investimentos no FNCA.

Item 5. Regulamento da Eleição;

Principais pontos abordados: O conselheiro Vitor Cavalcante iniciou a plenária desejando boa tarde aos conselheiros e solicitou um minuto de silêncio ao falecimento do Dom Paulo Evaristo Arns, militante dos Direitos Humanos. Em seguida, o conselheiro Vitor Cavalcante e Danyel Iório fizeram a leitura do Regulamento de Funcionamento da Eleição com alterações. A conselheira Glicia Salmeron sugeriu para caso de ausência justificada de representante da entidade indicados como titular e suplente para exercício de voto, poderá apresentar autorização um novo representante para votar e manifestar. O conselheiro Vitor Cavalcante submeteu a votação a mudança de titularidade no dia da eleição. A votação foi submetida a plenária através de contagem de votos. O texto foi aprovado com abstenção de voto do conselheiro Marco Antônio da Silva. O conselheiro Vitor Cavalcante submeteu para aprovação na plenária o regulamento da eleição. Aprovado regulamento de funcionamento de funcionamento da eleição.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovado regulamento de funcionamento da eleição.

Item 6. Comissão de Orçamento e Finanças – COF;

Principais pontos abordados: O conselheiro Danyel Iório assumiu a fala para relatar a comissão de orçamento e finanças sobre o edital para o plano de aplicação, em seguida fez um resumo dizendo que no ano de 2016 entrou em vigor a lei do marco regulatório da sociedade civil (MROSK) que altera substancialmente a relação entre governo e sociedade civil, deixando de ser convenial, Portaria nº 507, explicando que é um processo difícil para as organizações públicas quanto para as entidades para ser regido nos termos da lei e em seguida, citou os termos de colaboração, fomento e parceria, explicando que posto isso tiveram que modificar o edital, demandando um estudo feito pela SEDH para construir o edital e que adicionalmente tiveram uma dificuldade com o processo modificação institucional e conseguiram a troca de fonte do fundo nacional em outubro e não sabiam se poderiam contar com esse recurso. Em seguida, explicou que com a troca de fonte foi possível concluir o plano de aplicação do CONANDA. O conselheiro apresentou os principais pontos do edital FNCA 01/2017 para a plenária. A conselheira Miriam santos questionou se o SINCOV permanece no MROSK e informou que a COF está devendo uma cartilha do Fundo Nacional da Criança e Adolescente e MROSK para os conselhos municipais. O conselheiro Edmundo Kroeger informou que foi lançado na Bahia uma cartilha do marco regulatório e que pode fazer uma tentativa de disponibilização. O conselheiro Vitor Cavalcante submeteu para votação na plenária o edital FNCA 01/2017 através da contagem dos votos. Aprovado edital FNCA 01/2017. Em seguida, o conselheiro Danyel Iório fez a leitura para apreciação na plenária a resolução que dispõe sobre a instituição de Comissão de Seleção dos projetos financiados com recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que os destaques foram acolhidos no plenário e submete a resolução discutida para aprovação em voto nominal. Aprovada a resolução sem abstenções. Em seguida a conselheira Glicia Salmeron agradeceu o acolhimento dos conselheiros pelo seu retorno no CONANDA. O conselheiro Vitor Cavalcante deu-se encerrada a pauta.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovado o Edital FNCA 01/2017
- Aprovada a resolução sobre a instituição de Comissão de Seleção dos projetos financiados com recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Item 7. Encerramento do Primeiro dia de Assembleia.

15 de dezembro

Local: Sala Plenária – 10º Andar – SEDH

9h30: Relato Acre e Roraima

9h-11h: Reforma do Ensino Médio e Ocupações

11h-13h: Lançamento do Caderno Empoderamento de Meninas - Como Iniciativas Brasileiras estão Ajudando a Garantir a Igualdade de Gênero

14h-15h: Apresentação do projeto “Inventar com a Diferença 2” – Universidade Federal Fluminense;

15h-16h: Comissão de Mobilização e Formação – CMF

16h-17h: Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP

17h: Encerramento da 257ª Assembleia Ordinária do CONANDA.

Item 1. Relato Acre e Roraima;

Principais pontos abordados: A vice-presidente Cláudia Vidigal iniciou a assembleia desejando bom dia a todos e a todas, em seguida, a conselheira Lucimara Cavalcante informou que a AMSK pede licença ao plenário para participar no período da manhã da do Comitê Gestor Nacional no Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. A vice-presidente fez a leitura da pauta e aprovação. Em seguida, Ivanete Rodrigues- CEDCA/AC agradeceu Cláudia Vidigal e desejou bom dia aos conselheiros do CONANDA, dizendo que a motivação da presença na assembleia foram dois temas, em seguida, explicou que o principal foi a Escola de Conselhos, um convênio que foi firmado com o Instituto Federal do Acre e ressaltou que anteriormente esse convênio era com a sociedade civil em parceria com a Universidade Federal do Acre e o governo assumiu a escola de conselhos e citou o ex-coordenador da Política de Fortalecimento de Conselhos, Marcelo Nascimento, informando que o convênio seria com o Instituto Federal do Acre desde de 2013, solicitaram informação da atual situação da escola de conselhos, o IFAC respondeu que já havia encaminhado para SDH uma proposta de trabalho com projeto pedagógico e aguardava o recurso em contas para comunicar o conselho e discutir a metodologia. A conselheira estadual informou que no Encontro de dezembro de 2015 informando o ex- coordenador Marcelo Nascimento sobre a escola de conselho. Em seguida, a conselheira encaminhou e-mail para Marcelo

Nascimento e Secretaria de Direitos Humanos solicitando respostas e justificando a necessidade do apoio do CONANDA apoio nas escolas de conselho. Em seguida, ressaltou que os estados estão devendo para os municípios as suas demandas e afirmou que os conselhos tutelares estão fragilizados e que apenas 4 conselhos estão em funcionamento. A conselheira Ivanete Rodrigues citou também sobre o plano decenal, informando que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social através de busca pleiteou um recurso do Fundo Nacional para elaboração do plano estadual decenal informaram para o CEDCA/AC que haviam encaminhado a documentação exigida no SINCOV um dia após o prazo, permanecendo em análise no momento. A conselheira solicitou a SEDH para rever e deliberar os recursos do fundo. A vice-presidente Cláudia Vidigal respondeu que a coordenadora Verena Martins estava averiguando os status do estado do Acre, informou que quando excede o prazo o procedimento é de não validar. Em seguida, Cláudia Vidigal informou que a escola de conselhos não tem respondido as demandas dos estados e que não atenderam 30% dos estados, enfatizando que é necessária uma nova estratégia, explicou que o CONANDA possibilita de recurso do fundo para a formação de conselheiros e ressalta que a forma utilizada não está bem sucedida. A vice-presidente informou que está sendo discutida na CMF a possibilidade de construção de um modelo de educação à distância e um kit de suporte para conselheiro tutelar com metodologia sistematizada para educação em parceria com o CNJ, mencionou a nova coordenação da política de fortalecimento de conselhos, Paulo César, que está assumindo o cargo. Em seguida, fez a chamada para a pauta do estado de Roraima sobre a questão das fronteiras. A presidente do CEDCA/RO, Verônica de Oliveira, relatou que o estado de Roraima recebe um fluxo crescente de imigrantes da Venezuela, a maioria deles, entra pelo município de Pacaraima, informou que tem aumentado o número de pedintes com crianças de 0-12 anos e como medida de emergência foi criado pelo governo de Roraima o Gabinete Integrado de Gestão Migratória (GIGM) no intuito de auxiliar os refugiados venezuelanos e posteriormente o Centro de Referência ao Imigrante (CRI) para atender crianças e pais. Verônica de Oliveira informou que solicitaram ajuda do Governo Federal e não obtiveram retorno, citou os conselhos tutelares de Pacaraima que não recebem recursos financeiros há 4 meses, solicitando orientação do CONANDA para providências imediatas. Maria de Jesus- CEDCA/RO, acrescentou o SESC em parceria com o estado de Roraima e que falta uma maior estrutura nos comitês gestores para atender os venezuelanos. A vice-presidente Cláudia Vidigal acrescentou também que a situação em Pacaraima é grave, em seguida, relatou que na semana anterior teve uma conversa com o MDS informando que no dia de hoje está acontecendo uma visita em Boa Vista e Pacaraima e na segunda semana de janeiro, Cláudia Vidigal anunciou uma missão junto ao MDS em Pacaraima para conhecer o comitê, visando potencializar as ações. Em seguida sugeriu a participação de um conselheiro do CONANDA para acompanhar a missão. O conselheiro Vitor Cavalcante solicitou registro da representante Gabriela Freitas/ Criança Segura, Maria do Carmo/FNDCA e Maria Izabel, ex-presidente do CONANDA. A conselheira Miriam Santos sugeriu incluir na missão a Pastoral do Imigrante, Registro Civil, MRE, MERCOSUL e MEC.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Visita à unidade em Roraima na segunda semana de janeiro de 2017;

Item 2. Reforma do Ensino Médio e Ocupações;

Principais pontos abordados: A conselheira Maria Clara/MEC desejou bom a todos, em seguida, fez o relato dizendo que tiveram a votação na semana passada e aprovação do texto-base da MP 746 da Reforma do Ensino Médio, na Câmara dos Deputados, que votará os destaques -emendas propostas por parlamentares. Informou que o texto segue em tramitação para votação no Senado Federal. A conselheira apresentou um material com as mudanças propostas da reforma do ensino médio e foi listado uma sequência dos primeiros debates, dizendo que através do resultado do sistema educacional do Brasil, o MEC considerou urgência a reforma. Informou também que a Câmara dos Deputados aprovou no dia 13 de dezembro uma emenda que altera proposta de reforma do ensino médio e volta a tornar obrigatória a oferta de conteúdos de filosofia, sociologia, artes e educação física, citou o modelo de ensino integral proposto. O conselheiro Danyel Iório ressaltou que o conselho deve discutir o mérito da proposta, debatendo o conteúdo das políticas que impactaram as crianças e adolescentes no país, dizendo que com esse intuito de bater o mérito, o conselheiro destacou o número de jovens que não concluíram o ensino médio refletindo no desemprego e baixa renda, a dificuldade dos alunos em sala de aula com interpretação e produção de textos acadêmicos no nível de exigência de uma universidade. Citou como aspecto positivo a grade curricular flexível evidenciando o protagonismo dos adolescentes e a oferta de uma alternativa de formação de nível técnico e profissional. A conselheira Jimena Djauara ressaltou que através de sua representação do Marista há alguns anos, discutem a formação equalitária da oportunidade e acesso, informando que existe muita discordância na reforma e deixar a expectativa com o estado a oferta de educação responda uma questão de justiça, justificando que a proposta de ensino médio foi apresentada no México e na Argentina com efeitos não satisfatório ao longo dos anos. Em seguida, ressaltou que a educação seria um processo, o Brasil está atrasado em desempenho e que o governo não tem competência para determinar o nível de educação e ressaltou que o conselho seria uma local que não proporia admissão de diretos, informando também que não discordo da proposta de reforma no ensino médio, mas a forma que foi imposta a medida provisória. A conselheira Miriam Santos informou que tem comunicado sobre a pauta da Portaria N° 726 e encaminhou e-mail para a mesa diretora, solicitando do CONANDA agenda

como os Ministro do Trabalho e Ministro da Educação em reunião conjunta. O conselheiro Vitor Cavalcante que com a medida provisória haveria uma necessidade de discutir uma nota pública do CONANDA, afirmando que o conselho concorda com a necessidade de reforma do ensino médio construída de forma democrática. Ressaltou também que existe a possibilidade de discutir outros pontos da matéria e fazer participação de outros atores para construção da matéria. A vice-presidente Cláudia Vidigal sugeriu retomar o debate no início da tarde para a participação dos conselheiros do evento Lançamento do Caderno Empoderamento de Meninas - Como Iniciativas Brasileiras estão Ajudando a Garantir a Igualdade de Gênero. O conselheiro Vitor Cavalcante informou que o espaço de discussão da pauta seria no intuito de consenso do CONANDA para construir uma nota pública que consta o posicionamento do conselho, sendo favorável a uma reforma do ensino médio desde que seja debatida e discutida com toda sociedade. O conselheiro Antônio Lacerda concordou com a nota pública com a valorização do Plano Nacional de Educação, do Fórum Nacional da Educação e a importância de fazer a CONAE em 2018. O conselheiro Vitor Cavalcante questionou entre os conselheiros quem poderia contribuir na construção na nota pública, citando em seguida o conselheiro Antônio Lacerda, Marco Antônio Soares, e Maria Clara. Em seguida, os conselheiros deslocaram para Lançamento do Caderno Empoderamento de Meninas, no auditório -8º andar. A pauta foi retomada no início da tarde, presidiram a mesa os conselheiros Vitor Cavalcante e Danyel Iório. O conselheiro Vitor Cavalcante relatou a discussão da nota pública sobre a Reforma do Ensino Médio, em seguida, fez a leitura da nota para aprovação. A secretaria-executiva do CONANDA, Maria Gutenara, fez a contagem dos votos e a nota pública sobre a Reforma do Ensino Médio foi aprovada.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada nota pública sobre a Reforma do Ensino Médio;

Item 3. Apresentação do projeto “Inventar com a Diferença 2” – Universidade Federal Fluminense;

Principais pontos abordados: O conselheiro Vitor Cavalcante anunciou à apresentação na plenária do projeto Inventar com a Diferença, financiado pelo Fundo Nacional da

Criança e do Adolescente, em seguida convidou para compor a mesa Índia Mara Martins e o professor Cezar Migliorin. O professor desejou boa tarde a todos, em seguida, relatou que no ano de 2014 realizaram um projeto de cinema, educação e direitos humanos em mais de 200 escolas do Brasil, informou também que em cada estado tinha um mediador do projeto com pessoas altamente engajadas com questões éticas e estéticas. O professor ressaltou que o projeto propõe um trabalho com a metodologia que criaram, propondo diálogos com o que fizeram no primeiro ano. O conselheiro Vitor Cavalcante agradeceu a presença dos participantes.

Comissão de Políticas Públicas – CPP Continuidade

Principais pontos abordados: A conselheira Jimena Djauara iniciou o relato informando que o conselheiro Manoel Torquato acompanhou a plenária do CNAS para a pauta da proposta de inserção de conceitos na resolução. A conselheira submeteu a plenária a votação de inserção dos conceitos no texto. O conselheiro Vitor Cavalcante encaminhou a proposta para votação e fez a contagem dos conselheiros e votos. Aprovada a inclusão feita pelo CNAS. Em seguida, o conselheiro Luiz Barcelos deu continuidade ao relato citando o GT Criança e Adolescente em Situação de Rua com a minuta construída sobre educação social de rua, o conteúdo deve repassar todas as políticas, não apenas de assistência sócia. A conselheira informou que a sugestão do CNAS foi de inclusão na elaboração dos cadernos e a disseminação, explicando que não como uma resolução, assim O CONANDA poderia elaborar uma resolução para que as demais políticas adotem os conteúdos da educação social, em seguida, submeteu a plenária a votação de construir uma resolução do CONANDA sobre educação social. O conselho Danyel Iório concordou com a construção da resolução, enfatizando que existem muitos serviços diferentes para crianças e adolescentes em situação de rua e uma resolução seria apenas uma parte para contribuir com o processo. O conselheiro sugeriu na construção de um modelo de resolução específica nos parâmetros gerais que desdobram em protocolo setoriais. O conselheiro Vitor Cavalcante submeteu a votação na plenária. Aprovada a construção da resolução para que a CCP construa na gestão 2017/2018. O conselheiro Luiz Barcelos deu continuidade no relato de um a proposta do centro convivência especializado para a população de rua, informando que o CNAS iniciará uma pesquisa de metodologia de atendimento em criança e adolescente em situação de rua. O conselheiro citou como encaminhamento discutido na CPP, discussão de uma agenda conjunta com o CONADE, constituição de um GT, vinculado as CPPs dos conselhos CONANDA, temas identificados para implementação da LBI e garantir resultados como, resoluções conjuntas, seminários de discussão e pesquisas como encaminhamento para próxima gestão. Após o relato da CPP, o conselheiro Manoel Torquato informou que finalizou os trabalhos do GT Criança e Adolescente em Situação de Rua e gostaria de agradecer todos os conselheiros do CONANDA por acolher a pauta da Criança não é de rua, relatando que durante o GT fizeram um planejamento de 6 reuniões e ampliaram para mais 2 reuniões, finalizando com 8

reuniões, informando também que tiveram 41 pessoas que participaram do GT durante o processo, apontando como dificuldades as mudanças no governo e considera satisfatório o resultado alcançado.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a inclusão feita pelo CNAS;
- Aprovada a construção da resolução para que a CCP construa na gestão 2017/2018

Item 4. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP ;

Principais pontos abordados: A conselheira Thais Dantas desejou boa tarde a todos e todas, em seguida, relatou que a comissão sua reunião com poucos representantes, estando presente a conselheira Thais Dantas, Glicia Salmeron, representantes da SNPDCA e do Ministério da Justiça. Em seguida, informou que a pauta era examinar os projetos de lei que estavam em tramitação no intuito de fazer incidência.

a) Aumento do tempo de internação- PL 7197/2002 e apensados (entre eles, PL 2517/2015 do Dep. José Serra);

- A Comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisa as propostas de aumento do tempo de internação, foi instalada há um mês e ainda não está completa, faltando 8 membros a serem indicados.
- Foram levadas propostas no sentido de gradação da medida socioeducativa de acordo com a gravidade do ato infracional e idade do adolescente.
- O relator tem se mostrado aberto a ouvir os diferentes posicionamentos e propostas. Têm ocorrido audiências públicas na Câmara dos Deputados todas as semanas, desde a instalação da Comissão. Pretende-se prorrogar os trabalhos da comissão, por até 20 sessões (ainda que o regimento preveja o aumento somente por igual período de instalação; no caso, 10 sessões).

Deliberação/Encaminhamentos:

- Posicionamento do CONANDA por meio de uma nota técnica, focada nas questões relevantes para a discussão sobre aumento do tempo de internação, a ser encaminhada ao relator e parlamentares da comissão. O conselheiro Romero José e Thais Nascimento se colocaram à disposição para construção do ofício.

b) Escuta especial – PL 3792/2015;

- Houve reunião do governo na liderança do PMDB, com a deputada relatora Carneiro, que irá acatar as emendas propostas pelo governo.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Retirar posicionamento do CONANDA a partir de reunião conjunta entre CPP, CDHAP e SNPDCA.
- c) Redução da idade penal – PEC 115/2015:
- Monitorar o andamento na CCJ do Senado.
- d) Redução da idade para o trabalho – PEC 18/2011 e apensados;
- Resgatar nota técnica do Conanda e nota técnica da SNPDCA sobre referida proposta e divulgar aos parlamentares;
 - Atentar á proposta que altera o Código Penal para criminalizar a exploração do trabalho infantil com fins econômicos, visando criminalizar inclusive pais e responsáveis;
 - Atentar à proposta que altera artigo 49 do ECA para incluir “Atividade desportiva”, visando permitir que crianças trabalhem como atletas de rendimento. A SNPDCA posicionou-se pela rejeição, no sentido de não incluir essa hipótese no referido artigo.
- e) Avaliação da implementação do Planejamento Estratégico na CDHAP;
- Necessidade de fortalecimento da CDHAP, por meio de maior adesão de conselheiros, em especial de titulares para garantir quórum e presença. Implementação do planejamento estratégico, com retomada dos objetivos, estratégias e ações. Conhecimento e acompanhamento das demandas relativas às violações de direitos humanos de crianças e adolescentes.

18h00: Encerramento da 257ª Assembleia Ordinária do Conanda.